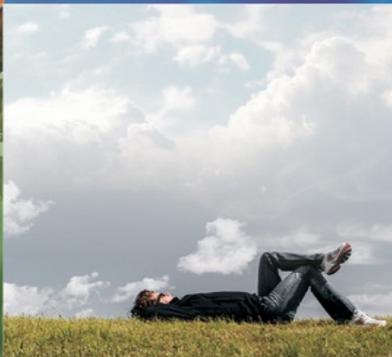




REFLEXÕES TEMÁTICAS

REALIZADAS NO QUADRO DO PROJECTO

Desenvolver
a acção sindical
em favor do
desenvolvimento
sustentável
nas empresas



Projecto POISE: — 01-3726-FSE-000007 – Actividade 4

Cofinanciado por:



REFLEXÕES TEMÁTICAS REALIZADAS NO QUADRO DO PROJECTO

Introdução

Com o título «Desenvolver a acção sindical em favor do desenvolvimento sustentável nas empresas» Esta actividade do projecto POISE, veio dar continuidade ao trabalho deste Departamento sobre estas temáticas, iniciado já há mais de trinta anos. Com este projecto pretendeu-se aprofundar a análise de algumas problemáticas actuais que interpelam a CGTP-IN e os seus sindicatos no dia-a-dia, mas sobretudo, visa desenvolver um questionamento sindical sobre as mesmas e a definição de desafios para a tomada de posição e realização de acções concretas nos sindicatos e nos locais de trabalho.

No decurso do projecto, foram realizadas reuniões e Seminários que abordaram os vários conteúdos previstos no programa. O Núcleo de Apoio ao DSACES, cujo um dos objectivos era a sua consolidação, reuniu com uma média de 8 participantes, que acompanharam regulamente as reflexões deste Departamento e os Seminários de âmbito Nacional, com uma média de 25 participações em representação de diversas estruturas sindicais e sectores.

O desenvolvimento sustentável e a defesa do ambiente foram as temáticas transversais a todas estas realizações. Alguns dos temas tiveram um aprofundamento em reunião de Núcleo e de seguida em Seminário. Por isso as reflexões e aprofundamentos foram complementares umas às outras, tal como os desafios sindicais que delas se foram retirando, podendo às vezes parecer que se repetiam.

No primeiro Seminário (Outubro 2017) deste projecto, José Janela Dirigente Sindical e membro do Núcleo de Apoio ao Departamento fez um breve histórico sobre o tema do ambiente na CGTP-IN, começando por lembrar o **primeiro Seminário Nacional da CGTP-IN, intitulado «Ambiente e mundo do trabalho – terra viva, trabalho mais humano» , realizado em Outubro de 1987**, onde se abordaram os temas seguintes:

- 1- Ambiente e mundo do trabalho, onde se expôs a perspectiva sindical em que se afirmou que os problemas do ambiente são problemas sociais;
- 2- Ambiente, dados e problemas. Analisaram-se várias áreas: como o ar, as águas, o ruído, os solos e a energia;
- 3- Ambiente de trabalho, onde abordaram a Lei de Bases do Ambiente e as comissões de higiene e segurança no trabalho nas empresas, em

que se defendeu que a sua institucionalização constituía um imperativo a curto prazo.

Emídio Martins, responsável desta área nesta altura, salientou que: *«Desde o princípio da industrialização que o movimento operário revelou uma extraordinária intuição ecológica e ambientalista: as reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho, de higiene e segurança nas fábricas e nas minas, e a luta por horários de trabalho mais reduzido que permitissem mais tempo de convívio entre colegas e famílias são, a nosso ver, manifestações profundamente ecológicas e de impacto ambiental positivo».*

A esta frente de trabalho já com mais de 30 anos, veio juntar-se a da economia social e de consumidores e se completou mais tarde com a temática do Desenvolvimento Sustentável que veio a ser a temática enquadradora deste Departamento da CGTP-IN, criando um fio condutor na lógica de reflexão e acção que denominamos agora de **Departamento para o Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social (DSACES).**

Hoje, neste Departamento entendemos o Desenvolvimento Sustentável como eixo transversal na luta contra a mercantilização dos recursos naturais, contra a degradação da riqueza natural e contra a fragilização da capacidade de intervenção do Estado, por uma sociedade e uma economia de baixo carbono, com vista à protecção do clima, do ambiente e das populações, onde também os sindicatos devem intervir por direito e por dever, para defender o bem-estar dos trabalhadores em todas as dimensões de vida social, laboral e ambiental. Além disso consideramos que articulando estas três dimensões e responsabilizando os Governos e as estruturas económicas podem e devem ser assegurados novos empregos, em melhores condições e com trabalho digno.

REFLEXÕES – ANÁLISES - PERSPECTIVAS

No quadro desta Actividade do projecto “POISE” e procurando sempre apurar quais os “desafios sindicais” que nos são colocados, foram assim abordadas as seguintes temáticas: A Transição Justa para uma Economia de baixo carbono/Economia Verde e Empregos Verdes; a COP 21, o Acordo de Paris 2015 e a sua Implementação em Portugal; A Agenda 2030 da ONU e os ODS - Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável; CETA e TTIP – as suas implicações nas áreas deste departamento e as Perspectivas e Desafios para os Sindicatos; Trabalhadores/Consumidores; A Cidadania Activa dos Trabalhadores Sindicalistas; Economia Social e Cidadania Activa; Prospecção do Petróleo em Portugal; Energias renováveis e Eficácia energética – o Impacto da Transição e a Acção dos trabalhadores e dos Sindicatos; Desenvolver a Acção Sindical em favor de um Desenvolvimento ambientalmente Sustentável.



**DESENVOLVER A
ACÇÃO SINDICAL**
EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS E SERVIÇOS

**DIVULGAÇÃO DO
PROJECTO**

A CGTP-IN, organização sindical de classe, unitária, democrática e de massas, atenta aos novos desafios da humanidade, no que respeita à qualidade de vida dos cidadãos e dos trabalhadores em particular, assume o seu empenho em desenvolver a acção sindical em favor do desenvolvimento ambientalmente sustentável nas empresas e nos serviços.

Aqui se apresentam os traços gerais deste projecto que o Departamento da CGTP-IN para o Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social – DSACES está a desenvolver.

Projecto: POISE – 01-3726-FSE-000007 Actividade 4
Cofinanciado por:



A nossa prioridade foi sempre de reflectir sobre as grandes decisões e orientações internacionais, da ONU, sobre as quais todos os Estados se deveriam guiar, afim de estabelecer as políticas adequadas e pelas quais os sindicatos como parceiros sociais foram chamados a contribuir, pelo menos nos preâmbulos. Constatamos que devemos ser pró-activos para darmos o nosso contributo para influenciar estas políticas e a definição e acompanhamento das mesmas de outra forma não nos procuram e não fazemos passar a nossa mensagem. Também ficou clara a importância dos sindicatos intervir sobre estas temáticas junto das empresas e ao nível local.

Em Setembro de 2015, a ONU aprovou a **“Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”**, que integra os **ODS - Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável**. São **17 Objectivos e 169 metas** (entre as quais, a

erradicação da pobreza e da fome, trabalho digno, saúde e educação de qualidade, igualdade de género, protecção do ambiente e da vida marítima, etc) que os Governos, incluindo o de Portugal, se comprometem a concretizar. A CGTP-IN, através da Plataforma de ONGD participou na divulgação e implementação dos ODS em Portugal. De referir que, nas orientações da Agenda 2030 pede-se a Consulta e Participação da Sociedade civil (os parceiros sociais não estão considerados de forma distinta). De facto, a CGTP-IN poderá estar mais directamente interessada em acompanhar e contribuir a partir da sua experiência e dos seus sindicatos filiados, em algumas ODS que dizem mais respeito a algumas áreas prioritárias para a intervenção sindical: como o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, o ODS 5 – Igualdade de Género; ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis; ODS 4 – Educação de Qualidade.

A CGTP-IN, interveio como parte da sociedade civil nesta Consulta integrando a Comissão Organizadora da Consulta da Sociedade Civil sobre os ODS em Portugal. Neste quadro, sindicalistas de diversas estruturas participaram em vários Workshop regionais de Consulta, e numa consulta Online, onde puderam apresentar as suas dúvidas e expectativas quando aos ODS que mais lhes preocupavam. Este processo culminou com a apresentação dos Resultados da Consulta num encontro realizado em Abril 2017 com a participação de representantes de partidos com assento na Assembleia da República. Na fase actual deste movimento, o desafio para os sindicatos é de interpelar os intervenientes públicos e políticos, nacionais, regionais e locais, para garantir que as expectativas para os ODS, que mais directamente nos dizem respeito, sejam tidas em conta.

O Acordo de Paris, resulta da COP 21, de Dezembro 2015 e o seu objectivo principal é de organizar a transição para uma economia que reduz a emissão de gases com efeito de estufa de forma faseada até 2020 e 2030, para tentar manter a temperatura global máxima média de 1,5 graus acima dos níveis pré-industriais. Diz pretender também, reforça o mercado de emissão de Co2 já existente e criar um fundo para ajudar os países com mais dificuldades e menos desenvolvidos. Duas novas cimeiras nos anos seguintes, serviram para definir os mecanismos de implementação e controlo da mesma pelos Estados através de estruturas internacionais a criar. São sérios os problemas ambientais existentes causados por um modo de produção que apenas tem o objetivo do lucro imediato, não se encontrarão resposta em soluções que apenas apontam o recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos ou à taxação dos comportamentos individuais.

Ao nível sindical as organizações sindicais internacionais e a CES alertaram para a necessidade de uma “Transição Justa”, e que seja implementada de forma a assegurar o emprego dos trabalhadores afectados pelas alterações industriais e produtivas, nomeadamente pelo encerramento faseado das centrais a carvão, das minas, pela substituição faseada dos motores a gasolina e gasóleo.

De facto as nossas reflexões reforçaram a importância de defender uma “*Transição Justa*” para uma economia com emissão de carbono próxima de zero. Como desafio sindical temos em primeiro lugar de admitir que esta meta é fundamental e orienta as acções em defesa do ambiente e clima, e a defesa da utilização de energias renováveis, não poluente, pela maior eficácia e eficiência energética em todos os meios de produção, as construções e todos os serviços produção de bens e apoio ao bem estar das pessoas.



Outro desafio sindical neste quadro é de defender uma transição que respeita o equilíbrio entre as necessidades económicas, ambientais e sociais e onde o emprego tem um lugar central. E assim, que garante condições de SST e trabalho dignos.

Com efeito, a **OIT- Organização Internacional do Trabalho, também está atenta aos efeitos das mudanças climáticas no emprego.** No Seminário de Outubro 2017, foi-nos apresentado a posição e acção da OIT. Já na Conferência da ONU de Cancun em 2010 (COP 16) se falava da “Transição Justa” em resposta às consequências das novas tecnologias e modos de produção amigas do ambiente no emprego! Em 2013 a Conferência da OIT define princípios sobre “*Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Digno e Empregos Verdes*”. Em 2015 a OIT elabora um “Guia sobre a transição justa para economias ambientalmente sustentáveis”, para salvaguardar a dimensão social. Em 2017 o Relatório do Director Geral, intitulado “Trabalho e Mudanças Climáticas: A iniciativa Verde”, onde se apresentam desafios e oportunidades sobre tudo ao nível do emprego e onde se valoriza a “economia verde” e o trabalho digno.

Outro desafio dos sindicatos é contrariar a primazia das empresas e dos grupos capitalistas como protagonistas sobre estas problemáticas e nas políticas, pelas quais os Estados os associam sempre e deixam os sindicatos de lado (ver as políticas de economia sustentável, economia circular).

As empresas influenciam muito as políticas internacionais e nacionais nestas matérias. Há anos que criaram a rede internacional Global Compact Network e lançaram a Aliança para os ODS, com delegação em Portugal. Através desta rede global internacional desenvolvem, entre outros, os ODS e o Acordo de Paris, através dos quais, sob pretexto da defesa do Ambiente e do clima, se vão criando novos mercados e novas fontes de lucros através de novos modelos de gestão e sistema de produção ditos mais amigos do ambiente, bem como a criação de novos produtos menos poluidores.

Há muito conhecidos os “Greenwashing” e os falsos certificados “ambientais” para confundir os consumidores. Com a “*Aliança para o Desenvolvimento Sustentável*” pretendem defender uma ética de desenvolvimento sustentável com respeito pelas condições de trabalho, o ambiente e a responsabilidade social. Na realidade pretendem tomar posição neste novo grande Mercado, com o objectivo do lucro imediato com as chamadas energias renováveis, a eficiência energética e sob a cobertura de ser empresas amigas do ambiente e responsáveis socialmente.

Como a OIT, defendemos que condições para um “trabalho verde” e “digno” podem existir em qualquer sector de actividade, serviços, indústria, agricultura e pesca! Os riscos para a Saúde e Segurança no Trabalho estão em todas as fases de produção, desde a fabricação, passando pela instalação/utilização até a manutenção dos produtos e equipamentos. O documento da OIT “*Promover a segurança e saúde numa economia verde*” refere que as tecnologias utilizadas podem proteger o ambiente, mas não estão sempre seguras. Por exemplo, no sector das energias renováveis, os fabricantes de painéis fotovoltaicos utilizam mais de 15 materiais perigosos. Na fabricação de eólicas os trabalhadores estão expostos a produtos químicos, tanto na produção como na instalação e manutenção. No sector da reciclagem, que emprega muitos trabalhadores com baixas qualificações, existem frequentemente problemas de lesões ou envenenamento devido aos materiais que compõem os aparelhos reciclados. O OSHA – Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, no seu Relatório “*Empregos Verdes, Segurança e Saúde no Trabalho*”, denuncia

também os riscos de segurança em sectores da energia renovável como as quedas dos trabalhadores em operações de instalação e manutenção das eólicas, mas também alguns riscos com os produtos químicos utilizados na fabricação das palas, que provocam alergias.

Noutro Seminário nacional abordamos o conceito de “Empregos Verdes” como ponto transversal da acção em favor da defesa do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Com efeito, os cálculos apresentados por sindicatos ingleses ou sul-africanos apoiavam a defesa da criação de “empregos climáticos” através da reconversão e da aplicação das medidas de eficiência e eficácia energética e a criação de energias renováveis ao nível público. Os cálculos apontam para centenas de milhares de empregos criados neste quadro. A CGTP-IN participou na Plataforma “Empregos Climáticas” adoptando mais o termo de “Empregos Verdes” tal como aprovado na OIT (órgão tripartido), assegurando as dimensões de trabalho digno e as condições de SST.

Sobre a Transição Justa e Empregos. Foi importante **lembrar o princípio de “Transição Justa” defendido pela OIT e os sindicatos internacionais que conseguiram fazer inserir este princípio no preâmbulo do Acordo de Paris:** *“Os governos estão obrigados a desencadear, a nível nacional, uma transição justa para os trabalhadores e promover o trabalho digno”*. Baseado neste princípio, a CES – Confederação Europeia dos Sindicatos, lançou um projecto de criação de um *Fundo de Apoio para a Transição Justa* – que teve o apoio do Parlamento Europeu e ao nível do Conselho Europeu foi decidido inserir este fundo dentro dos Fundos Regionais. Este visa principalmente o apoio aos países fortemente dependentes de Centrais térmicas que produzem energias a partir do carvão ou outras indústrias obsoletas forte emissoras de gases de estufa e altamente poluidoras. Estas centrais e fábricas representam dezenas de milhares de trabalhadores nalguns países da Europa Central e de Leste e encerrá-las coloca a questão da perda de empregos.

A criação do ***Fundo de Apoio para a Transição Justa*** visa ajudar na preparação do encerramento destas centrais de forma progressiva para dar tempo de solucionar a questão dos empregos. Pois, não basta melhorar a eficiência destas centrais e empresas porque o objectivo final é chegar a emissão zero. A Transição para uma economia de baixo carbono vai obrigar a resolver a perda de empregos ou a recolocação dos trabalhadores. Pensamos nas duas centrais existentes em Portugal (Sines e Pego) e na acção de antecipação que deveriam ser desenvolvidos com os sindicatos.

O desafio para os sindicatos não se limita à transição nos sectores energéticos e porque as mudanças terão impactos em todos os sectores e os sindicatos precisam estar atentos e intervir em todos os sectores.

No Seminário sobre este tema, **falou-se também da necessária reconversão nas outras indústrias, nomeadamente a Indústria automóvel.** O Secretário-geral da CGTP-IN, na sua intervenção, defendeu que devemos refletir no futuro do trabalho relacionado com as mudanças tecnológicas exigidas pelas novas políticas climáticas e energéticas e o seu impacto no emprego. Arménio Carlos desafiou a que o Governo Português e a Auto-Europa avançassem em Portugal com a produção de carros eléctricos, em Palmela, visto que a empresa mãe da Volkswagen já decidiu que vai começar a “eliminar” de forma faseada a produção de carros com motores a gasóleo e gasolina e vai avançar com a produção de carros eléctricos. Também aqui se nos coloca o desafio de antecipar a nossa intervenção sobre os riscos provocados pela reconversão dos sistemas de produção, na manutenção dos postos de trabalho e na qualificação ou requalificação dos trabalhadores afectados por essas mudanças.

Há também o risco de algumas multinacionais produtoras de automóvel em Portugal virem a encerrar a produção de carros e ir produzir carros eléctricos fora de Portugal. A questão coloca-se para a Volkswagen em Palmela (Autoeuropa), mas também para as outras empresas produtoras de carros em Portugal como a Peugeot-Citroen (PSG Mangualde) e a Toyota (Ovar).

Debatimos também a problemática das energias em Portugal. Abordamos a situação da prospecção de petróleo em Portugal, em diversas reuniões alargadas do Núcleo. Tivemos a contribuição de representantes de associações que lutam contra a prospecção de petróleo em Portugal (PALP- Plataforma Algarve Livre e ALA- Alentejo Litoral pelo Ambiente). Tivemos uma apresentação do panorama geral da prospecção em Portugal. Na altura havia um total de 15 concessões, concentradas particularmente na Costa Algarvia e na Costa Alentejana, mas também na Costa Oeste (Caldas Rainha, Bombarral etc). Inteiramo-nos dos riscos de impacto para o ambiente, as populações, a fauna e a flora. Ficou sublinhado o problema transversal que é a falta de estudo do impacto ambiental e a falta de consulta pública, sendo que mais uma vez se estava a dar mais importância às perspectivas de lucro do grande capital, grupos compostos por capitalistas nacionais e empresas multinacionais. O desafio que era deixado aos sindicatos era o de intervir contra os projecto de prospecção e extração de petróleo pelas razões apontadas.

As políticas internacionais e europeias visam a descarbonização e o fim do uso das energias fósseis, que o Governo Português diz também pretender, pois é subscritor dos tratados, mas na prática, defende políticas que incluem a importação ou procura de gás natural, sem ter em conta a sua origem e como é produzido. Sabemos que o gás que se espera importar dos USA, através do Porto de Sines, é produzido pelo processo de “fracking”, muito poluidor e com efeitos químicos muito prejudiciais para as populações.

Em termo de política energética nacional falamos da importância de aumentar a produção de energias renováveis, de elaboração e aplicação de políticas nacionais que apliquem estratégias e planos de desenvolvimento estruturais e territoriais viáveis, cuja prioridade não seja visar apenas e só o lucro. Sabemos que o potencial português de produção de energias renováveis poderia aumentar muito e em particular a fotovoltaica cuja percentagem é ainda muito reduzida proporcionalmente às outras (1,5% do total).

Por isso o processo de transição energética é um processo em que todos devem intervir e não só as empresas. Deve garantir e fomentar a intervenção das populações, comunidades, cooperativas, sindicatos e outras associações que defendem uma transição justa, com igualdade e justiça e com empregos sustentáveis. A defesa de “empregos verdes” ou “climáticos” pode servir de catalisador e ser transversal na abordagem de todas as áreas e pontos de interesse.

Num quadro mais global da intervenção sindical sobre o ambiente e o clima, uma reunião de Núcleo alargada, com representantes da Climáximo e da ZERO, ajudou a completar a nossa análise das políticas climáticas actuais, nomeadamente em termos de sugestões para perspectivas de intervenção sindical, como já fazem noutros países.

Vimos como desafio sindical a importância de se estar atento e acompanhar, com uma visão integrada, as questões de desenvolvimento estrutural e territorial, o Programa Educativo para o desenvolvimento sustentável, a Lei de base das energias e a Economia Circular, onde a questão dos “empregos verdes” pode em muitos casos haver interesse em defender. Importa clarificar as posições e criar propostas nestas matérias e delinear acções para defender ao nível institucional e nas empresas.

A intervenção e contribuição dos sindicatos sobre estas matérias é importante, tanto ao nível das políticas nacionais como ao nível

local e nas políticas de desenvolvimento local e regional, mas também nas empresas, para defender a implementação de medidas concretas de defesa do ambiente e a adopção de atitudes pessoais defensoras do ambiente. No actual sistema em que o capital visa apenas a mercantilização dos recursos naturais, submetido ao lucro dos grandes grupos económicos e financeiros temos que procurar influenciar as políticas nacionais e locais para combater essa estratégia, pugnando pela proteção do ambiente, do clima e da própria humanidade.

Constatamos a influência das multinacionais e do sistema económico capitalista quando abordamos a temática das Energias Renováveis e da Eficácia Energética

no Seminário Nacional de Outubro 2018. No documento de Enquadramento deste Seminário, considerou-se que as alterações climáticas são a consequência de um modelo de produção cada vez mais determinado pelos interesses da política predadora, nomeadamente das multinacionais e das transnacionais que delapidam os recursos naturais dos países, incentivam consumos inapropriados geradores de acrescidos lucros para o capital, acentuam as desigualdades entre países e povos dos vários continentes. Assistimos assim, na Europa e no mundo inteiro, ao aumento de fluxos migratórios e o crescimento do número de refugiados por causas económicas mas também cada vez mais por causa das alterações climáticas.

Sem prejuízo de contínua avaliação crítica das metas avançadas nos acordos internacionais para a redução dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão), é fundamental que se apontem medidas que acautelem o ambiente e o futuro do clima, que eliminem ou minimizem os impactos negativos de qualquer prospecção ou extracção de matérias primas e que se garanta que os recursos financeiros com essa origem, sejam colocados ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social.

É importante continuar atentos ao conjunto de desenvolvimentos que estão em curso face ao futuro das centrais termoeléctricas, às empresas ligadas à prospecção, extracção e produção de petróleo, às situações que envolvem a indústria portuguesa, a novos desenvolvimentos e investimentos no plano das energias renováveis – eólica, fotovoltaica, hídrica, etc... Deve-se antecipar a exigência de criação de novos postos de trabalho em resposta aos empregos que se venham a perder. A própria reconversão da indústria automóvel para a produção de carros eléctricos, que está em acelerada concretização, precisa de ser acompanhada. Por outro lado, em todas as áreas ligadas ao sector da construção e eficiência energética dos edifícios, está a aumentar a necessidade de trabalhadores especializados em certos

ofícios e é geradora de novos empregos. Podemos e devemos antecipar estas reflexões.

Reforçou-se a necessidade de planear melhor, garantir a articulação de políticas no quadro de um Plano Integrado, que articule as questões do controlo público do sector, do ordenamento do território, da gestão da floresta com a agricultura e a pecuária, os aspectos habitacional, turísticos, transportes etc. e que garanta a participação e contribuição das populações, dos trabalhadores e dos consumidores sobre estas perspectivas. E tudo isso **na perspectiva de um desenvolvimento ambientalmente sustentável que garanta os aspectos ambientais, económicos e sociais e coloque os trabalhadores e todos os cidadãos contribuindo para as decisões.**



No mesmo Seminário abordamos também a **questão da Descarbonização dos Transportes**, nomeadamente quando se fala da resolução da mobilidade nas zonas urbanas e outras. Devemos questionar as escolhas de políticas de transportes públicos ou privados e quais os efeitos para os cidadãos. É preciso inverter a prioridade de apoios dados ao sistema rodoviário e favorecer de forma adequada, o ferroviário que é menos poluente e é mais vantajoso tanto para transportes individuais como colectivos.

Isto tem a ver com as opções futuras na compra de novos motores eléctricos para as frotas de autocarros, no ferroviário, nos barcos “cacilheiros”. Quando se escolham as novas linhas de alta velocidade ferroviárias ou outras ligações estratégicas, quais os objectivos económicos? Quais os argumentos de sustentabilidade? Que objectivos

estratégicos ao nível energético? Tomemos por exemplo o Porto de Sines onde se perspectiva criar uma ligação ferroviária com Espanha, para, entre outro, exportar o gás “natural” vindo dos EUA ou da China. Mas de que gás estamos a falar? É gás produzido pelo método Fracking? Quando sabemos que este método usa muito produtos químicos e polui/destrói os lençóis freáticos, as zonas agrícolas e tem consequência na saúde das populações vizinhas.

Da mesma forma analisamos e percebemos a importância de oposição aos Tratados Internacionais que substituem os Acordos de Comércio geridos pela OMC – Organização Mundial do Comércio. Com efeito, algumas grandes potências querem facilitar o “livre comércio” em vez de seguir as regras internacionais, com vista a criar novos negócios e mais lucros.

É o caso dos USA – Estados Unidos de América, que estão a criar Acordo regionais ou Bilaterais, cara vez mais favoráveis ao livre comércio, especialmente com os Países Asiáticos, da América do Sul e da União Europeia. No que diz respeito à Europa, discutimos os Acordos CETA e o TTIP. O Primeiro dizia respeito ao acordo entre Canada e UE e o segundo entre USA e a UE.

Estas temáticas foram abordadas numa reunião de Núcleo com intervenções internas do Departamento Internacional e contributos complementares de convidados externos. Foi importante analisar a situação geopolítica internacional e os aspectos políticos e económicos regionais e internacionais.

Em primeiro lugar a aposta dos USA em minimizar o papel da OMC, reduzindo os obstáculos ao comércio livre e ao investimento. Em segundo lugar a liberalização dos contratos públicos, sem ter em conta a natureza dos contratos e o interesse nacional e a resolução de divergências e problemas comerciais entre multinacionais e Estados através de mecanismos de justiça paralela, sistema arbitral que permite às multinacionais acionarem processos contra países, portanto acima dos tribunais nacionais e soberanos. Em terceiro lugar, trata-se de admitir regras e normas de legislação laboral, de SST e de Saúde Pública muito menos restritivas do que os existentes na EU e nos países, com consequências graves em muitos sectores económicos e comerciais e impactos importante nos produtos fármacos, na química, na agricultura, no ambiente, etc. Pretende também criar novas vias de escoamento do Gás “natural” que os EUA têm em excesso e que é produzido pelo processo de Fracking (de que já falamos).

Na prática, verificamos que mesmo sem o Acordo TTIP, ao aprovar o Acordo CETA com o Canada, este acordo serve de “Cavalo de Troia” aos EUA sabendo-se que as suas multinacionais, criam filiais no Canada para entrar na Europa.

Esta estratégia capitalista já teve os seus efeitos com o acordo CETA já aprovado e veio reforçar a política neoliberal que promove privatizações e que garantem ao grande capital um processo quase irreversível. Como é sugerido no CETA, empresas e serviços públicos a serem privatizados ou transformados em parcerias público-privado, não havendo restrições, nem sequer o mínimo compromisso em relação ao acesso universal de bens essenciais, ao cumprimento de serviço público em sectores estratégicos como a energia, água e resíduos, ou na saúde, educação e transportes. O que assistimos, isso sim, é ao aumento dos preços, a diminuição da qualidade dos serviços prestados, a eliminação de postos de trabalho e de direitos dos trabalhadores em especial nestes sectores.

A relação trabalhadores/consumidores e cidadania.

Numa reunião do Núcleo reflectimos sobre a temática dos Trabalhadores/Consumidores. Após termos aprofundado com membros da Deco e da Coopérnico – cooperativa de energias renováveis, verificamos que existem muitas acções de “cidadania activa e participativa” na qual também os trabalhadores/consumidores podem e devem intervir, defendendo assuntos sociais colectivos fora do quadro laboral, podendo defender também a defesa do ambiente e a transição para a economia circular. Falou-se da participação dos cidadãos no sistema energético para não deixar isto nas mãos do grande capital das multinacionais, criando comunidades energéticas, defendendo o auto-consumo de energias renováveis (no caso com painéis fotovoltaicos) e a participação de cooperativas no mercado competitivo da distribuição de electricidade.

Reflectimos sobre o papel dos sindicalistas como trabalhadores/consumidores, na informação e na aplicação de um consumo responsável. **Discutimos o poder de influência do consumo responsável individual e colectivo, que contrarie as políticas de privatização e de consumo do capitalismo.**

Quanto aos desafios sindicais, foram debatidas várias perspectivas de acção no sentido de defender: a importância do poder dos consumidores organizados; a luta contra os sistemas consumista e a oposição à taxação dos comportamentos individuais; a importância de

fazer escolha que pressionem; ter em conta o impacto global da situação climática e a sobrevivência das populações e das espécies; as limitações devido às condições laborais e de rendimentos dos trabalhadores, para intervir também fora das empresas; a solidariedade inter-geracional e a justiça ambiental; e a importância das atitudes e comportamentos que devemos ter hoje, pensando nas vantagens para o presente e pensando no futuro.

Neste quadro foi debatido também o papel dos sindicalistas na Economia Social e Solidária e a Cidadania. Vimos como as associações de economia social sofrem da obrigação da última Lei da Economia Social, de serem geridas como “empresas” e como empreendedoras, obrigando a explicar como potenciar os “lucros” com vista a auto-subsistência e crescimento, para não depender das participações do Estado. Através desta obrigação interpela-se a forma de fazer intervir os associados, nomeadamente o dilema de actuar “com eles” ou “para eles”, sendo importante o “como fazer”. Por outro lado, obriga a pensar como utilizar os “lucros” para que a organização seja eficiente financeiramente e, ao mesmo tempo, coerente com os princípios da associação, que visa em primeiro lugar ajudar os associados e, dar respostas às falhas sociais mas também interesses definidos por eles (culturais, desportivas, etc).

Daí a interpelação aos sindicatos sobre a forma como possibilita aos seus associados capacitação para intervir e na definição das reivindicações, para que se sintam envolvidos num processo diferente e que tem em conta as novas exigências do desenvolvimento sustentável. Levantou-se a questão das limitações das associações que muitas vezes não garantem as melhores condições de trabalho e de salário para os seus empregados; a falta de fiscalização para garantir o mínimo de condições laborais legais e de qualidade dos serviços prestados aos utentes; a falta de envolvimento dos sindicatos na problemática da economia social; as obrigações das empresas de economia social estar e actuar “com capital” e não “para o capital”; e reduzir a dependência financeira.

Através das novas exigências burocráticas e financeiras mas sentidas pelas pequenas associações e organismos de economia social, ficou evidente a ofensiva capitalista que visa enfraquecer, eliminar ou substituir as empresas deste sector, consideradas como novos nichos de mercado (saúde, assistência a idosos, jardim de infância, apoio à gestão e contabilidade, etc.).

Importa reflectir de uma forma mais abrangente sobre a Economia Social e Solidária e valorizar as experiências positivas existentes e as redes alternativas com efeitos positivo na sociedade;

Além disso a CGTP-IN deveria reivindicar a titularidade de membro do Conselho Nacional de Economia Social, sendo um organismo de economia social representando muitos sócios e muitos empregados com o conjunto dos sindicatos filiados. Isto permitirá intervir para defender melhores condições e dignificação dos trabalhadores da economia social, defender outros apoios para os organismos de economia social, pela melhoria da qualidade dos serviços e pela formação visando a participação cívica dos seus membros, através dos serviços e actividades que oferecem.

Perspectivas

Em termos de Perspectivas para a Intervenção e Acção sindical, estas reflexões resultaram em propostas que integram o Enquadramento elaborado e aprovado na Comissão Executiva para o Seminário sobre “Energias Renováveis e a Eficácia Energética - O Impacto da Transição para os trabalhadores e a Acção Sindical” realizado em Faro.

Este Enquadramento termina com reivindicações ao nível sindical para a defesa da soberania e segurança energética do país e também desafios em termos de acção sindical nas empresas e nas parcerias e até com os parceiros sociais, para implementar um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

1) Defender que seja elaborado um Plano Integrado, para Portugal, com propostas concretas que articulem as políticas de ambiente, do clima, economia, energia, designadamente energias renováveis, ordenamento do território, as florestas e a agricultura, a habitação, os transportes etc. Esse Plano deve ter como “Pano de fundo” o equilíbrio entre os aspectos sociais e o bem estar da população; o desenvolvimento económico; a defesa do ambiente e do clima, a soberania e a segurança energética do país.

2) Defender que ao nível dos sectores, público e privado se reflectam as medidas de nível ambiental que garantam o emprego, a formação, a requalificação e a protecção dos trabalhadores abrangidos.

- 3) Elaborar cadernos reivindicativos em que estas problemáticas e reivindicações constem dos Acordos de Empresa e das negociações da Contratação Colectiva.
- 4) Defender a aplicação do Desenvolvimento Sustentável, maior equilíbrio entre os aspectos económicos e ambientais, defesa do trabalho digno, boas condições de SST, salários e carreira e também as responsabilidades ambientais da empresa nas suas localidades.
- 5) Neste quadro, defender a transformação de processos e equipamentos com vista à utilização eficiente das energias e redução do consumo, de forma faseada, de modo a não trazer consequências negativas para os trabalhadores.
- 6) Realizar Formação Sindical dirigida a representantes dos trabalhadores para a SST, quadros e dirigentes sindicais sugerindo módulos para que, enquanto sindicalistas mas também como cidadãos, tenham intervenção cívica na área da defesa dos Direitos dos Consumidores, opções e práticas de consumo, apoiar a economia social e solidária, o desenvolvimento sustentável, o trabalho digno e fomentar parcerias e colaborações com outras entidades.
- 7) Dar contributos para a protecção do ambiente nos órgãos locais, regionais e nacionais, onde os sindicatos têm assento, por exemplo para as decisões relativas ao desenvolvimento urbano, a mobilidade, gestão e distribuição da água, os resíduos urbanos, etc.
- 8) Pensar o ordenamento do território e a interacção entre parques industriais, urbanos, escolares, de lazer, os transportes, as energias, etc... de forma integrada, não só em relação às empresas mas também, às populações, com vista a garantir as condições sociais e de bem-estar das populações e contando para isso com a participação e contribuição de todos.

A Acção Sindical em Prol do Desenvolvimento Sustentável – Medidas desenvolvidas e a desenvolver.

No quadro deste projecto, foi realizado um Inquérito online ao MSU sobre Acção sindical em prol do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e julgamos poder retirar dos resultados alguns exemplos de medidas que os sindicatos podem aplicar nas suas próprias instalações e nas reivindicações que defendem ao nível das empresas.

Constatamos que ainda poucas estruturas sindicais dedicam uma atenção especial às questões de defesa do ambiente, do clima e dos consumidores e só algumas designaram um responsável para acompanhar estes assuntos ou criaram um grupo de trabalho específico sobre estas matérias. São já várias as estruturas sindicais onde existe uma preocupação diária no sentido de sensibilizar os sindicalistas e outros frequentadores das casas sindicais. Aplicam boas práticas na separação dos resíduos e aplicam

os 5 “R” - Redução- Reutilização-Reciclagem- Recusar- Repensar, com mais ou menos atenção. Já é prática corrente a instalação de ecopontos, o uso do papel reciclado, a adopção de medidas específicas para poupar energia. Algumas estruturas também participam mais em iniciativa públicas ou acções de sensibilização promovidas pela CGTP-IN e por outras entidades.

The poster features the CGTP logo at the top. The main title is 'INQUÉRITO NACIONAL SOBRE A ACÇÃO SINDICAL EM PROL DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL'. Below the title, there is a blue box with the text 'Desenvolver a acção sindical em favor do desenvolvimento sustentável nas empresas'. To the right of this box is an image of industrial smokestacks. Below the blue box is a composite image: on the left, a hand touching green leaves; on the right, a person lying on their back on a grassy field under a cloudy sky.

Projecto POISE: — 01-3726-FSE-000007 – Actividade 4

Importa dar exemplo de medidas adoptadas na implementação dos 5 “R”, que se realizam nas próprias instalações sindicais e que se pode aplicar e reivindicar nas empresas. No que diz

respeito à “Redução” de utilização de produtos, foram mencionadas as medidas seguintes: Redução do consumo de **água** (instalar controladores de entrada de água; colocar redutores de água nos tanques de água dos autoclismos – introduzindo uma garrafa, utilização da água com responsabilidade; não deixando torneiras a pingar; evitar desperdícios;...). Redução do consumo de **energia eléctrica** (controlar melhor os consumos; evitar as ligações inúteis (dia, noite, fim de semana); usar relógios temporizadores; substituição gradual das lâmpadas por outras menos poluentes e mais económicas; trocar equipamentos (impressoras, computadores, aparelhos diversos, etc) por outros com baixo consumo de energia; criar rotinas para poupar; evitar a utilização do ar condicionado; utilizar a luz natural o mais possível; utilizar o mais possível as energias renováveis; um painel fotovoltaico permite produção própria de electricidade ou ajuda a aquecer a água com menos consumo; investir em materiais para melhor isolamento e térmico; melhor isolamento das portas e janelas; colocar películas nos vidros para evitar o aquecimento solar; janelas com vidros duplos;...). Redução do **papel** (usar mais os arquivos digitalizados, evitar as impressões ou imprimir pelos dois lados das folhas; partilhar documentos por email...) e do **plástico** evitando os copos e talheres de plástico. Em geral utilizar produtos de maior duração ou reutilizáveis.

No que diz respeito à “Reutilização”, surge principalmente a reutilização das folhas de papel e fotocópias inutilizadas para rascunhos, blocos de notas, fotocópias ou papel para os faxes; recarregar o tonner e tinteiros; escolher produtos reutilizáveis.

Em termos de Reciclagem, tenta-se comprar mais papel reciclado; organiza-se uma recolha selectiva dos resíduos (tinteiros, tonners, pilhas, cartão, papel, embalagens diversas, vidros, plásticos, máquinas, aparelhos, ratos, teclados, impressoras etc...); instalam-se mínis eco-pontos ou caixotes distintos; recolha-se as tampas das garrafas; reciclamos muitas vezes cartazes que sobraram.

“Repensar” significa, nalguns casos, que o responsável para as compras na hora de fazer as compras de produtos e equipamentos, tem que negociar com os fornecedores e escolher os produtos que sejam mais protectores do ambiente e com menor consumo energético. A **“Recusa”** vem quando nos são propostos produtos que não correspondem a estes princípios protectores do ambiente.

A formação dos delegados sindicais e dos representantes de trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho (SST) é importante e deve incluir os aspectos de defesa do ambiente e do

clima, nomeadamente sobre os efeitos nas condições de SST dos trabalhadores e na proteção do ambiente pelas empresas. Por isso **também as ações de sensibilização** dirigidas aos trabalhadores são importantes e realizam-se através de informações colocadas no balcão, na vitrina ou no quadro de informação sindical disponível na empresa. Também faz-se através da distribuição ou envio por correio de Folhetos informativos, ou pela página Internet do Sindicato ou pelas redes sociais.

Na negociação colectiva, quer seja nos CCT – Contratos colectivos de Trabalho ou dos Acordos de Empresas, os cadernos reivindicativos já defendem algumas destas medidas. Encontram-se muitas vezes inseridas no quadro da problemática da Segurança e Saúde, porque tratam de questões de ambiente relacionadas com o amianto por exemplo, o controlo da água, da poluição, das energias ou de sustentabilidade. Muitas empresas quando falam de “sustentabilidade” limitam-se aos aspectos económicos e esqueçam as outras dimensão do desenvolvimento sustentável que são os aspectos de defesa do ambiente e as condições sociais e condições de trabalho digno. Idealmente deve defender-se a criação de um Plano com medidas de desenvolvimento sustentável, com a contribuição e participação dos trabalhadores e seus representantes. Não sendo criado um Comité específico, que seja acompanhado então pela comissão de SST (saúde e segurança no trabalho). →